

EMENDAS IMPOSITIVAS

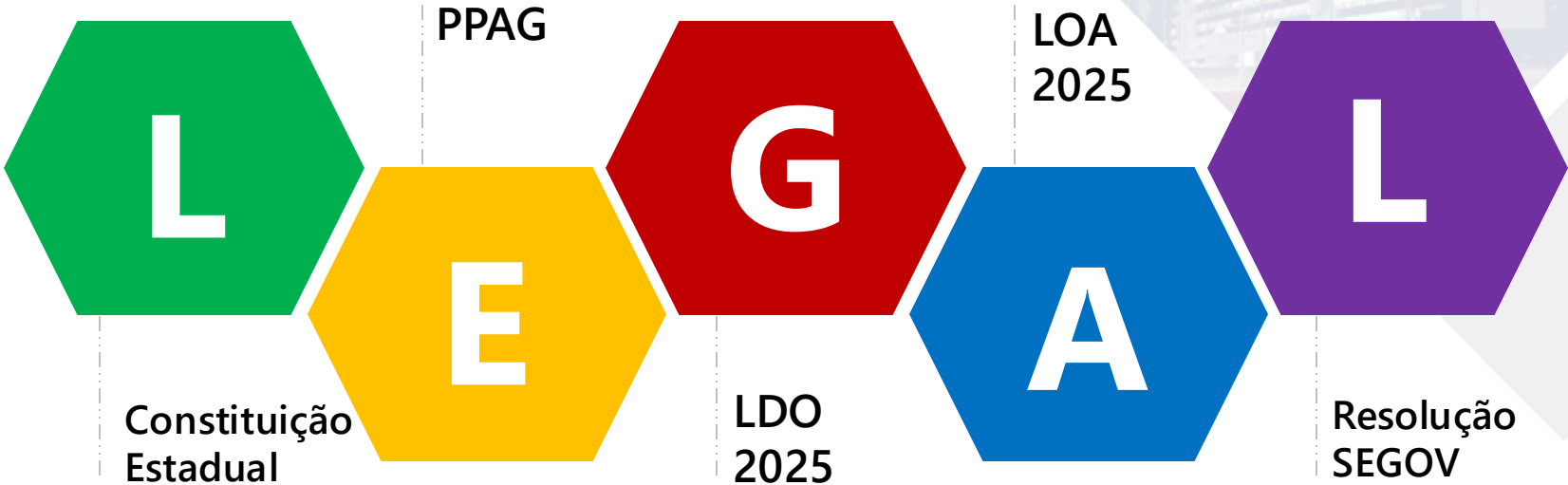
Belo Horizonte | Fevereiro/2025

GOVERNO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Emendas impositivas

- Instrumento, instituído pelas Emendas Constitucionais nº 96 de 2018 e nº 100 de 2019, que **permite aos parlamentares opinar ou influir na alocação de recursos públicos.**
- Todos os parlamentares em **exercício durante a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA)** possuem direito, em montante orçamentário igualitário.
- Possuem duas modalidades: i) **Individual**: autonomia do próprio parlamentar para definição e alocação dos recursos, desde que respeitado os critérios legais e constitucionais; ii) **Bloco ou bancada**: alocação e distribuição de acordo com critérios internos do bloco, desde que respeitado os critérios legais e constitucionais.
- Possuem execução orçamentária e financeira **obrigatórias** e de forma **equitativa**. A execução financeira deve ocorrer dentro do exercício financeiro, com **exceção** para até **50%** de indicações para **aplicação direta de bloco e bancada**.
- As emendas não serão de execução obrigatória nos casos em que ocorram **impedimentos de ordem técnica insuperáveis**.

Constituição Estadual

A Constituição Estadual de 1989, regulamenta as regras das Emendas Impositivas estaduais por meio dos artigos 159,160 e 160-A. Esses artigos foram modificados pelas Emendas Constitucionais nº 96 de 2018, nº 100 de 2019 e nº112 de 2023.

A Constituição Estadual, bem como o Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece os percentuais da Receita Corrente Líquida a serem destinados às Emendas Impositivas e define as regras gerais que as gerem.

O que é o PPAG?

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo estadual, definindo programas e ações com metas físicas e orçamentárias para 4 anos. Ele orienta a formulação de diretrizes e leis orçamentárias, integrando planejamento, orçamento e gestão. Criado no 1º ano de governo, garante a continuidade administrativa até o 1º ano do governo seguinte.

O que é a LDO?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é editada anualmente e define, entre outros assuntos, o conjunto de regras, procedimentos e prazos relacionados à indicação e execução das Emendas Impositivas para cada exercício financeiro.

Para o exercício financeiro de 2025 foi aprovada a lei nº 24.945/2024, com destaque para seus artigos 35 a 45, que versam especificamente sobre Emendas Parlamentares.

O que é a LOA?

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o normativo que estabelece, dentre outros assuntos, os montantes das Emendas Parlamentares Impositivas e suas respectivas destinações para a execução das políticas públicas de maneira geral.

Na LOA são definidas as ações, grupos de despesas e valores a serem utilizados para o atendimento ao interesse público. Esta definição é realizada através das Emendas à LOA.

O que é emenda à LOA?

Durante o processo de elaboração e aprovação do orçamento público, o Poder Executivo inicia o fluxo ao preparar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Neste ponto, já é prevista a reserva de recursos específicos para as emendas parlamentares.

Após a elaboração do PLOA, o Poder Legislativo entra em cena, com os parlamentares apresentando propostas de alteração ao projeto. Estas alterações se chamam "emendas". Essas emendas permitem aos deputados estaduais direcionar recursos para ações e programas específicos, para atendimento ao interesse público.

Emenda à LOA

Emenda “carimbada”

São as emendas parlamentares que possuem objeto, beneficiário e/ou finalidade definidas. Por terem sido definidas em lei, estas características não podem ser alteradas posteriormente.

INCISO: 682 (Emenda nº 850)

1 231 20 608 111 4 383 0001 4 4 99 10 4 0 A 70.000,00

1 491 04 122 119 2 046 0001 3 3 90 10 1 0 D 70.000,00

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: 4383 – Apoio às Cadeias Produtivas da Agropecuária – Aquisição de Tanques Redes e Barco Com Motor para a Região Intermediária de Teófilo Otoni. (despesas de capital)

Dedução: Secretaria de Estado de Governo – 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã (outras despesas correntes)

Emenda à LOA

Emenda “genérica”

São as emendas que não possuem destinação específica quanto ao objeto ou ao beneficiário, sendo portanto, passíveis de realocação.

INCISO: I (Emenda nº 120)

1 071 06 182 048 4 155 0001 3 3 99 10 8 1 A 500.000,00

1 491 04 122 122 2 138 0001 3 3 90 10 1 0 D 500.000,00

Unidade Orçamentária Beneficiada: Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: 4155 - Modernização, Estruturação, Capacitação em Defesa Civil - (despesas correntes)

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2138 - Reserva para Atendimento das Emendas Parlamentares Individuais e de Blocos e Bancadas (outras despesas correntes)



- **Linguagem mais simplificada**
- **Estrutura de artigos em conformidade com a ordem cronológica processual**
- **Anexos mais visuais**

O que é a Resolução SEGOV?

A Resolução SEGOV de Emendas, é um normativo editado anualmente, de grande valia aos atores envolvidos no processo de Emendas Parlamentares.

Nela, são consolidados e detalhados os procedimentos e prazos para a execução das Emendas, de maneira simplificada e acessível.

Foi publicada em 01/02/2025, a **Resolução SEGOV Nº 004/2025**, que irá regulamentar os prazos e procedimentos das emendas impositivas no ano de 2025

Emendas Impositivas 2025

Diretrizes e Procedimentos

GOVERNO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Caráter impositivo



Emendas individuais: são emendas **propostas individualmente** por cada parlamentar, permitindo a destinação conforme suas diretrizes e prioridades. Correspondem a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida (RCL) realizada no exercício anterior ao envio do Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA). Esse montante de 2% é **dividido de forma equitativa entre todos os parlamentares**, garantindo que cada um disponha da mesma parcela de recursos orçamentários.





Emendas de Bloco/Bancada: são emendas **apresentadas por blocos e/ou bancadas com base no valor correspondente a 0,0041%** (zero vírgula zero zero quarenta e um por cento) da receita corrente líquida (RCL) realizada no exercício anterior, para cada deputado que integra o bloco ou bancada. O bloco ou a bancada possui autonomia para definir as propostas e indicações das emendas, sem qualquer interferência por parte do poder executivo.

Caráter impositivo

O caráter impositivo das emendas parlamentares não modifica a natureza jurídica dos instrumentos utilizados para a realização das respectivas despesas. Para a celebração dos instrumentos é essencial o interesse público e o atendimento a diversos requisitos previstos na legislação específica (TCU – TC 003.706/2018-4).

Caráter impositivo

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) - STF :

-  STF (ADI 7697 MC / DF - 14/08/2024) - Emendas Impositivas >>> Caráter não absoluto e execução com base em requisitos técnicos e normas legais.
-  STF (ADI 7688 MC / DF - 01/08/2024) - Transferências Especiais >>> Transparência, rastreabilidade e fiscalização

Percentuais – Emendas individuais

Percentual de Execução Orçamentária e Financeira Obrigatória

50%

Ações e serviços
públicos de saúde

50%

Outros



- Formação dos blocos ocorreu **em 30/09/2024;**
- A Gestão das emendas do bloco/bancada é realizada pelo seu líder, ou representante a ser informado à **SEGOV até 28/01/2025;**
- O executivo não tem conhecimento de eventual divisão de valores entre os membros do bloco.

Percentuais - Emendas de bloco/bancada

Percentual de Execução Orçamentária e Financeira Obrigatória

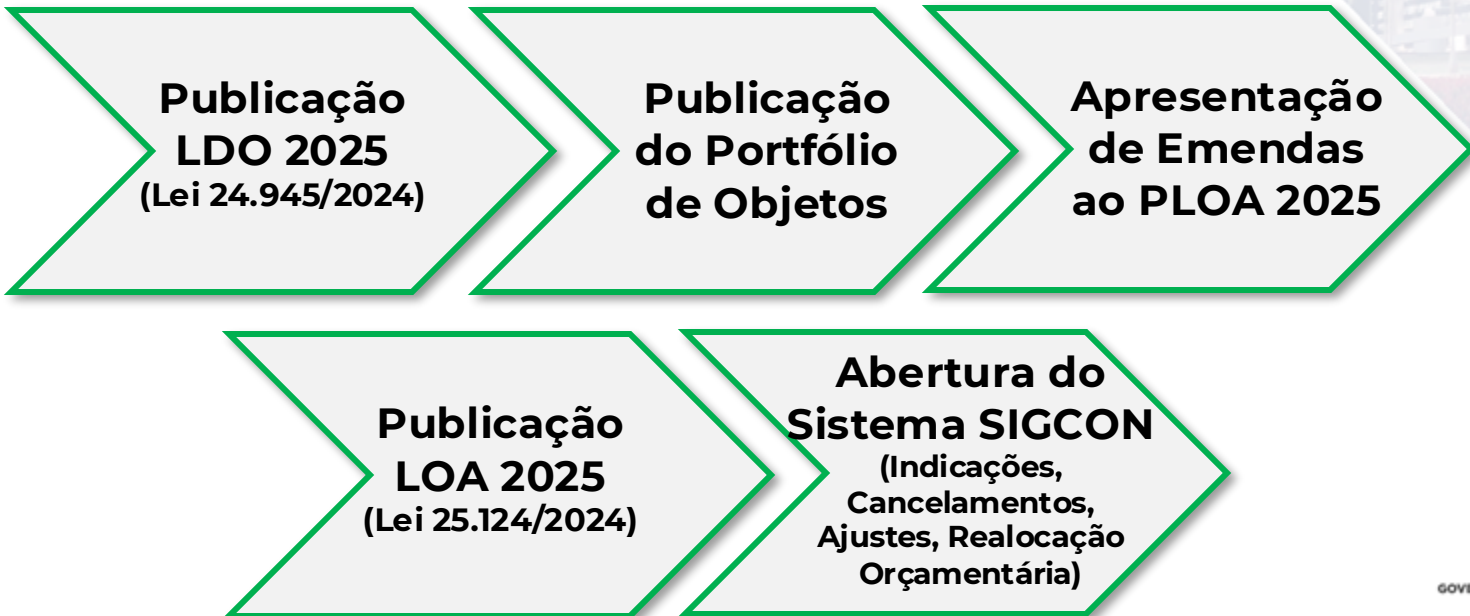
50%

Ações e serviços públicos de saúde ou à manutenção e ao desenvolvimento do ensino

50%

Projetos estratégicos – IAG 1

Principais Etapas



Principais Etapas

**Análise de
Indicações e
documentos**

**Registro de
impedimentos**

**Realocação
TE**

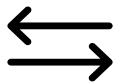
**Escolha entre
saneamento
e realocação**

**Medidas
saneadoras /
Indicação de
valores
realocados**

Conceitos Importantes



Indicação: Cadastro, junto ao sistema SIGCON, do beneficiário, valor, modalidade de transferência, forma de execução, tipo de atendimento ou de aplicação e descrição do objeto.



Realocação orçamentária "LDO": Possibilidade de alteração "inicial" da dotação orçamentária prevista na LOA, observadas as restrições legais.



Realocação orçamentária "TE": Possibilidade de alteração da dotação orçamentária com destino exclusivo à Transferência Especial após impedimento de ordem técnica.

Conceitos Importantes



Impedimento de ordem técnica: Objeção técnica à execução orçamentária das emendas parlamentares individuais e de bloco ou bancada.



Saneamento: Procedimento para superar o impedimento de ordem técnica. Neste procedimento a indicação original é mantida com todas as suas características, devendo o autor ou beneficiário providenciar a entrega de documentação que possa superar o impedimento registrado.



Realocação orçamentária “Constitucional”: Procedimento para superar o impedimento de ordem técnica utilizando-se a alteração da dotação orçamentária e posterior nova indicação.

Modalidades de transferência

COM FINALIDADE DEFINIDA

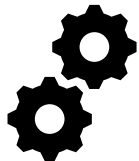
Possui finalidade definida
pelo autor no ato da
indicação.



SEM FINALIDADE DEFINIDA

A finalidade não é definida pelo
autor no ato da indicação

Finalidade definida



Formas de Execução: Convênios e Parcerias, Doação de Bens Móveis, Resoluções (FES e FEAS), Caixa Escolar, Execução Direta, Outros Instrumentos



Beneficiários: Municípios, União, Outros Estados, Administração Indireta dos Entes Federados, Consórcios Públicos, Fundos Municipais de Saúde ou de Assistência Social, Caixa Escolar (Rede Estadual de Ensino), Órgão/Entidade Estadual e Entidades Privadas sem fins lucrativos (OSC's)

Sem finalidade definida

Transferências Especiais

Modalidade de transferência de recursos instituída em nível nacional em 2019, por meio da **EC nº105/2019**, visando maior celeridade no repasse de recursos aos entes federados, por não depender de celebração de instrumento jurídico e de prévia apresentação de documentação.

No Estado de Minas Gerais, as TE foram instituídas por meio da Emenda à **Constituição Estadual nº 101/2019**, que acrescentou à CE, o **artigo 160-A**, possuindo o mesmo objetivo da União: viabilizar de forma mais célere o repasse de recursos.

Sem finalidade definida

Transferências Especiais

Não depende de formalização de instrumento jurídico.

Beneficiários: Municípios

AÇÃO: 2048 (SEGOV)

Sem finalidade definida

Transferências Especiais

**Somente emendas impositivas
(individuais/bloco ou bancada)**

Resolução de autorização de repasse

**Pressupõe liberdade de escolha do
município**

Sem finalidade definida

Transferências Especiais

Aplicação em programações finalísticas do município. Vedações: despesa com pessoal e dívidas

**Mínimo de 70% dos recursos em investimento
(por deputado e por município)**

**A fiscalização não é realizada pelo Poder
Executivo**

Portfólio de Objetos



Publicado em **15/10/2024** e disponível para consulta no Portal de Emendas: <https://www.emendas.mg.gov.br/>



O Portfólio de Emendas 2025 contempla o "catálogo" de ações/projetos que podem ser executados por meio de recurso de Emendas Parlamentares;



Auxilia o parlamentar para a apresentação de emendas ao PLOA, bem como para realizar o processo de indicação no Sigcon-MG - Módulo Saída;



A indicação em ações orçamentárias para formas de execução, tipos de atendimento e objetos **não previstos na lista deverá ser alinhada previamente com o órgão ou entidade gestora.**

Emendas Impositivas LDO 2025

Operacionalização e informações importantes



Caso a indicação tenha sido "carimbada" na LOA 2025, a indicação no sistema SIGCON-Saída deverá ser realizada com as mesmas características apontadas na LOA.

Indicação

Cadastro do beneficiário, valor, modalidade de transferência, forma de execução, tipo de atendimento ou de aplicação e descrição do objeto.



Entre **03/02/2025** e **03/04/2025**



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída



Os prazos para análise de indicações são **compartilhados** entre órgãos executores e SEGOV e estão dispostos na Resolução de Emendas.

Valores Mínimos 2025

OSC (Aquisição de Bens): R\$100.000,00	OSC (Obras): R\$250.000,00
Prefeituras (Obras): R\$500.000,00	Prefeitura(Aquisição de Bens): R\$250.000,00
Caixa Escolar(Mobiliário/Equipamento): R\$100.000,00	
Caixa Escolar (Obras): R\$400.000,00	
Resolução SES (Custeio e Investimento): R\$180.000,00	



Resolução de Orçamentos

Resolução editada pela SEGOV que possibilita a dispensa dos três orçamentos para a celebração de instrumentos jurídicos cujo objeto seja a aquisição de bens descritos na resolução.



Pode ser anexada ao processo em substituição aos três orçamentos, dando mais celeridade à celebração



Itens como veículos simples, veículos utilitários, vans, tratores, implementos agrícolas, mobiliários e equipamentos de informática já estão presentes à resolução.



Apresentação de Documentos

Entrega de documentos necessários à celebração do instrumento jurídico, realizada pelo autor da emenda ou pelo beneficiário desta.



Entre **03/02/2025** e **15/05/2025**



Autor da emenda/beneficiário



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída e demais formas pertinentes

Realocação Orçamentária "LDO"

Possibilidade de alteração "inicial" da dotação orçamentária prevista na LOA, observadas as restrições legais.



Entre **03/02/2025** e **03/04/2025**



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída

Realocação Orçamentária "LDO"

Possibilidade de alteração "inicial" da dotação orçamentária prevista na LOA, observadas as restrições legais.

É livre dentro da mesma Unidade Orçamentária

É livre para transferências especiais

Limitada a 10% do montante, em caso de realocação para outra U.O.

Realocação Orçamentária "LDO"

Possibilidade de alteração "inicial" da dotação orçamentária prevista na LOA, observadas as restrições legais.

Deve preservar a destinação mínima constitucional para Saúde e/ou Educação

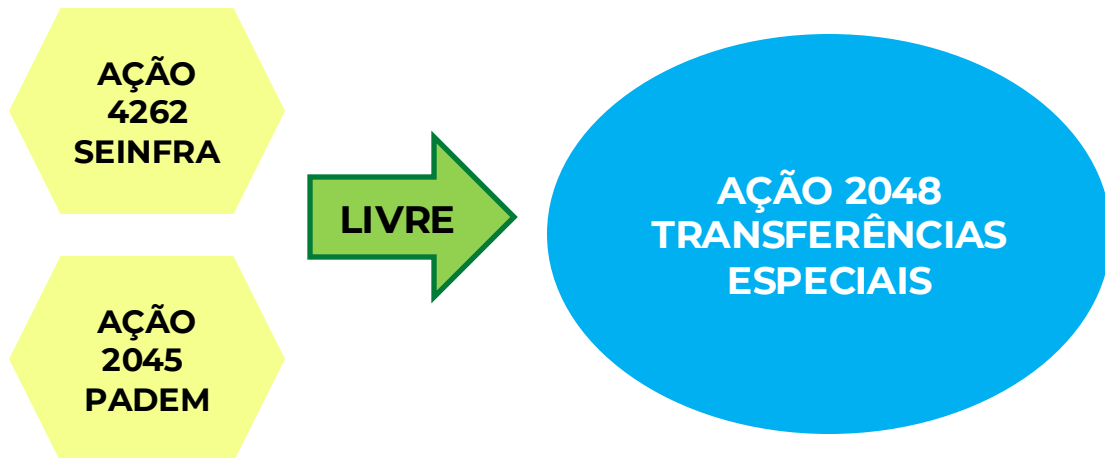
Para blocos e bancadas também deve ser destinado em ações de IAG 1

Não é permitida a triangulação de realocação para o PADEM



Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 1: Livre para Transferências Especiais





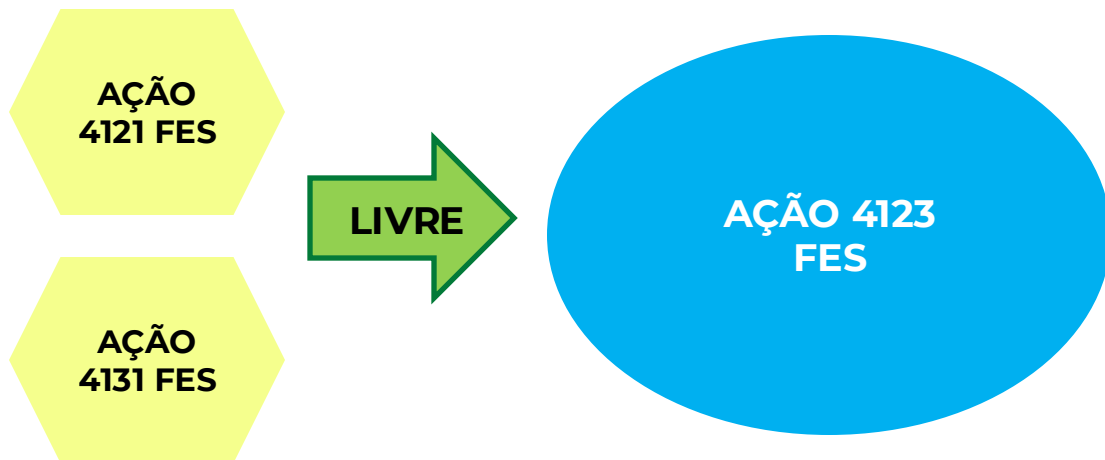
Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 1: Livre para Transferências Especiais



Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 2: Livre dentro da mesma UO





ATENÇÃO: Deve ser preservado o mínimo de 50% em ações de saúde, para emendas individuais e 50% em saúde e/ou indicação, para emendas de bloco ou bancada.

Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 2: Livre dentro da mesma UO

**AÇÃO
4262
SEINFRA**

ATENÇÃO

**AÇÃO 4292
SEINFRA**



ATENÇÃO: Deve ser preservado o mínimo de 50% em ações de saúde, para emendas individuais e 50% em saúde e/ou indicação, para emendas de bloco ou bancada.

Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 2: Livre dentro da mesma UO

**AÇÃO
4094
CBMMG
(SAÚDE)**

ATENÇÃO

**AÇÃO 4114
CBMMG
(OUTRAS
FINALIDADES)**



ATENÇÃO: Deve ser preservado o mínimo de 50% em ações de saúde, para emendas individuais e 50% em saúde e/ou indicação, para emendas de bloco ou bancada.

Realocação Orçamentária "LDO"

**Regra 3: Limitado a 10% do montante, entre
UO's**



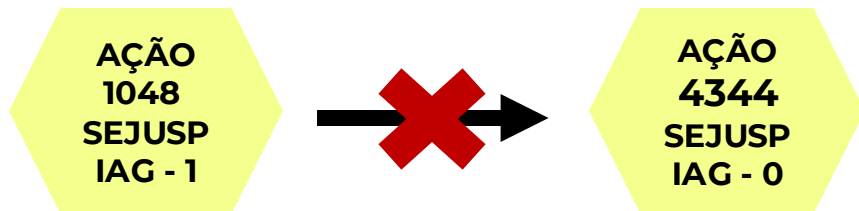


ATENÇÃO: Deve ser preservado o mínimo de 50% em ações de saúde, para emendas individuais e 50% em saúde e/ou indicação, para emendas de bloco ou bancada.

Operacionalização e
INFORMAÇÕES IMPORTANTES

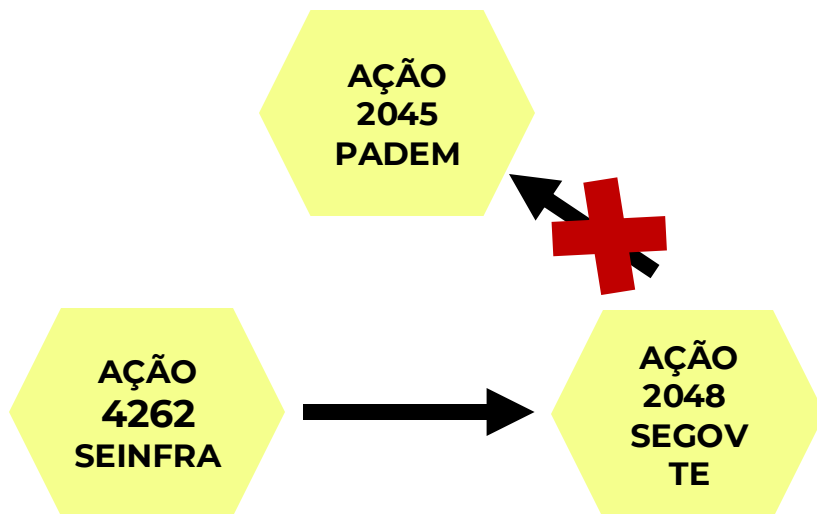
Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 4: Apenas realocação em IAG – 1, nos casos de bloco e bancada



Realocação Orçamentária "LDO"

Regra 5: É vedada a triangulação de realocações



Realocação "TE"

Possibilidade de alteração da dotação orçamentária prevista na LOA, em caso de impedimento de ordem técnica das indicações iniciais.



Entre **12/06/2025** e **17/06/2025**



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída



Indicação após Realocação "TE"

Indicação de recursos para transferência especial, proveniente da Realocação "TE".



Entre **12/06/2025** e **24/06/2025** (após aprovação da realocação)



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída

Escolha entre saneamento e realocação

Procedimento para afastamento de impedimento de ordem técnica, das indicações iniciais



Entre **28/07/2025** e **15/08/2025** (após aprovação da realocação)



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída

Proposta Saneadora

Procedimento para afastamento de impedimento de ordem técnica, onde são mantidas as características da indicação original, devendo o autor ou beneficiário providenciar o atendimento à diligência que ensejou ao impedimento.



Entre **18/08/2025** e **26/09/2025** (para atendimento às diligências)



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada ou beneficiários.



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída

Realocação Orçamentária "Constitucional"

Procedimento para afastamento de impedimento de ordem técnica, onde é alterada a dotação orçamentária das indicações originais, para que seja realizada nova indicação



Entre **28/07/2025** e **15/08/2025 (para solicitação de realocação)**



Autor da emenda/Representante do bloco ou bancada



Através do SIGCON-MG - Módulo Saída

Emendas Impositivas LDO 2025

Informações complementares

Informações complementares



O **cronograma** completo das Emendas Parlamentares 2025 encontra-se disponível em: <https://www.emendas.mg.gov.br/cronograma/>.



O Portfólio de Objetos 2025 encontra-se disponível em: <https://www.emendas.mg.gov.br/portfolio-2025/>. O Portfólio tem caráter exemplificativo e quaisquer dúvidas sobre questões técnicas relacionadas aos objetos devem ser direcionadas aos órgãos executores.

Informações complementares

Para um atendimento mais eficaz, é necessário que suas demandas sejam direcionadas aos órgãos e setores corretos. Abaixo, temos alguns exemplos de demandas e seus responsáveis:



SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE EMENDAS PARLAMENTARES ESTADUAIS E TRANSFERÊNCIAS (SCEPET)

- Cronogramas e Prazos
- Pagamentos
- Normatização de Emendas
- Portal de Emendas
- Aprovação de indicações
- Inconsistências no sistema SIGCON, **relacionadas ao Módulo de Emendas Parlamentares**

Informações complementares

Para um atendimento mais eficaz, é necessário que suas demandas sejam direcionadas aos órgãos e setores corretos. Abaixo, temos alguns exemplos de demandas e seus responsáveis:



SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONVÊNIOS E PARCERIAS

- CAGEC
- Normatização de Convênios e Parcerias
- Inconsistências no sistema SIGCON, relacionadas ao módulo de **convênios e Parcerias**.
- Aprovação de planos de trabalho no SIGCON-Saída

Informações complementares

Para um atendimento mais eficaz, é necessário que suas demandas sejam direcionadas aos órgãos e setores corretos. Abaixo, temos alguns exemplos de demandas e seus responsáveis:



ÓRGÃOS E ENTIDADES EXECUTORES

- Detalhes de tramitação de documentos para a celebração de instrumentos
- Viabilidade técnica de execução de recursos
- Alteração do portfólio
- Ajustes de indicações impositivas

EMENDAS IMPOSITIVAS

Belo Horizonte | Fevereiro/2025

Obrigado!

**SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE EMENDAS PARLAMENTARES
ESTADUAIS E TRANSFERÊNCIAS (SCEPET)**

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS

GOVERNO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.